

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**DIREITO À PAISAGEM, PATRIMÔNIO E LUTAS POR MEMÓRIA E
RECONHECIMENTO EM CONTEXTOS PÓS-DITADURA**

Pedro De Araujo Quental (quental.pedro@gmail.com)

Este trabalho analisa a espacialidade da memória política a partir do ativismo de ex-presos e perseguidos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos pela repressão estatal da ditadura militar brasileira. Essas ações mobilizam a paisagem e o patrimônio como recursos políticos contestatórios, desafiando regimes de invisibilidade e silenciamento que perpetuam os efeitos traumáticos das violações e negam o reconhecimento público dos sujeitos atingidos. Ao ativar a paisagem e o patrimônio como campos de visibilidade dessas experiências, esses atores buscam compor quadros de memória coletiva orientados à reparação e ao imperativo da não repetição. As lutas em torno da agenda política por memória, verdade, justiça e reparação envolvem a ativação de locais associados à repressão ditatorial como suportes materiais e vetores da memória. A escolha desses locais como plataformas e objetos de reivindicação revela uma espacialidade que mobiliza paisagem e patrimônio como instrumentos na luta por visibilidade, inteligibilidade social e reconhecimento, articulando o direito à memória e o direito à paisagem. O recorte empírico concentra-se no caso da Usina de Cambahyba, situada em

Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense. Durante a ditadura militar (1964–1985), os fornos da usina foram utilizados para a incineração de corpos de opositores políticos, configurando um caso extremo de apagamento material dos crimes de Estado. Atualmente, as ruínas do parque industrial vêm sendo ativadas como paisagem contestatória por atores sociais que reivindicam sua patrimonialização e conversão em memorial de direitos humanos. A análise baseia-se em abordagem qualitativa, interpretativa e indutiva, com ênfase em estratégias de etnografia de percurso e observação participante. O estudo busca trazer contribuições para a compreensão da paisagem e do patrimônio como dimensões centrais das lutas por memória, reconhecimento e direitos humanos em contextos pós-ditatoriais.

Palavras-chave: memória política; direito à paisagem; política da paisagem; patrimônio; luta por reconhecimento.